

**AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR NO
BRASIL: desafios e perspectivas**

*URBAN AGRICULTURE AND FOOD SECURITY IN BRAZIL: challenges
and perspectives*

Marina de Fátima Brandão Carneiro
Luiz Andrei Gonçalves Pereira
Teomar Magalhães Gonçalves

Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
marina.carneiro@unimontes.br; luizandreigoncalves@yahoo.com.br
teomargoncalves@hotmail.com

RESUMO

O crescimento e a concentração populacional no espaço urbano passaram a exigir ações, principalmente do poder público, que garantam uma alimentação balanceada das pessoas que residem nas cidades. O objetivo deste artigo é discutir a Agricultura Urbana, através das relações entre o acelerado processo de urbanização e a implantação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, nutricional e de combate à fome, enfocando o Brasil. O procedimento metodológico concentrou-se na revisão de literatura. A Agricultura Urbana é uma realidade no espaço intra-urbano e periurbano de inúmeras cidades brasileiras e do mundo, na qual são desenvolvidas atividades diversificadas, que geram trabalho, emprego e renda; segurança alimentar e nutricional; produtos para o comércio local e ações de combate à fome. Apesar dos avanços nas políticas públicas de combate à fome, a insegurança alimentar e nutricional ainda persiste, faltando ainda combater o desperdício e promover a educação/segurança alimentar.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Segurança alimentar. Políticas públicas. Brasil.

ABSTRACT

Population growth and concentration in urban areas have demanded actions, especially from the government, to ensure a balanced dietary need of people living in cities. This article aims to discuss Urban Agriculture (UA) through the relations between accelerated urbanization process and public policies implementation focused on food security, nutrition and hunger eradication, focusing on Brazil. Methodological procedure concentrated on literature review. Urban Agriculture is a reality in intra-urban and peri-urban areas of many Brazilian cities and in the world, in which varied activities are developed, generating labor, employment and income; food and nutrition security; products for the local market and hunger combat actions. Despite advances in public policies to fight against hunger, food and nutrition insecurity persists and it is necessary to fight food waste and promote food education /security.

Keywords: Urban Agriculture. Food safety. Public policies. Brazil.

INTRODUÇÃO

Na atualidade, a população mundial superou os sete bilhões de habitantes, sendo que mais da metade deles reside nas cidades. A aceleração do crescimento populacional e a intensificação do fenômeno de urbanização, em um contexto de desigualdades socioeconômicas, apresentam um grande desafio na implementação de políticas públicas voltadas para a Agricultura Urbana, a segurança alimentar e nutricional e o combate à fome. Assim sendo, é importante frisar que mais da metade da população mundial sofre com algum tipo de problema relacionado a má nutrição, seja por deficiência ou por excesso alimentar.

Neste aspecto, os especialistas da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) destacam que a segurança alimentar de um determinado país consiste em garantir o acesso da população a quantidades de alimento suficientes para uma vida ativa e saudável, isto é, sem a desnutrição. O enfrentamento de situações de vulnerabilidade, nas quais se encontra grande parcela da população urbana, tem sido feito através de ações voltadas para a produção de alimentos no interior das cidades ou no seu entorno, denominada de agricultura urbana.

Qual o formato adotado pela Agricultura Urbana para contribuir com a segurança alimentar da população que reside no espaço urbano? O objetivo deste artigo é discutir a Agricultura Urbana observando a relação entre o acelerado processo de urbanização e a implantação de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar, nutricional e de combate à fome, com enfoque no Brasil. O procedimento metodológico adotado privilegiou a revisão da literatura que discute conceitos e temáticas voltadas para o processo de urbanização, a Agricultura Urbana e as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Utilizou-se como suporte teórico, os autores: Hoffmann (1995); Smit, Nasr e Ratta (1996); Mougeot (2000); Machado e Machado (2002); Santandreu e Lovo (2007); Aquino e Assis (2007); Ferreira e Castilho (2007); Lepper (2007); Zaar (2011); Burity et al., (2010); Kepple e Segall-Corrêa (2011); Moura, Ferreira e Lara (2013), Zaar (2015); além de outros meios de informação e referências.

UMA DEFINIÇÃO CONCEITUAL DE AGRICULTURA URBANA

Para dar início à discussão sobre a temática da Agricultura Urbana, é importante, primeiramente, conceituá-la. Cabe destacar que na revisão da literatura, a Agricultura Urbana pode ser encontrada no espaço intra-urbano bem como no periurbano. De acordo com os estudos de Machado e Machado (2002), o desenvolvimento da Agricultura Urbana na área intra-urbana mostra a ocupação das atividades agrícolas dentro das cidades. É mais complexo definir a Agricultura Periurbana em termos de localização, pois esta se encontra no entorno das cidades, na área de transição entre o espaço urbano e rural.

A Agricultura Urbana é um conceito muito dinâmico que engloba uma diversidade de sistemas agrícolas, tais como: a produção para subsistência/ autoconsumo, o processamento caseiro de produtos e a agricultura voltada para comercialização (MOUGEOT, 2000). Entende-se por Agricultura Urbana, aquela que é:

Praticada dentro (intra-urbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até *megalópoles*), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re)utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área

urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000, p. 3).

Na concepção de Santandreu e Lovo (2007), a Agricultura Urbana tem uma abrangência multidimensional, na medida em que faz a inclusão da produção, da transformação e da prestação de serviços de forma segura, que busca desenvolver as atividades agrícolas – hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivadas ou advindas do agroextrativismo –, e as atividades pecuaristas com destaque para a criação de animais de pequeno, médio e até mesmo grande porte. Estas atividades estão voltadas para o autoconsumo, a comercialização, as trocas e as doações. Elas visam o (re)aproveitamento eficiente e sustentável dos recursos e dos insumos locais, que são: mão de obra, saberes, solo, água, resíduos, dentre outros. Para Aquino e Assis (2007), a Agricultura Urbana é caracterizada pela produção vegetal e pela criação de animais, compartilhando diversas atividades em um espaço, sendo que os restos de vegetais servem de alimento para os animais, que produzem o esterco, que é utilizado na adubação das plantas.

Estima-se que cerca de 800 milhões de pessoas utilizam os espaços da cidade para desenvolver atividades de Agricultura Urbana no mundo (SMIT; NASR; RATTA, 1996. MACHADO; MACHADO, 2002. FERREIRA; CASTILHO, 2007). Na análise espacial, Ferreira e Castilho (2007) pontuam que as atividades agrícolas urbanas representam as intensas interações entre os espaços urbanos e rurais. Nessas relações, os espaços ocupados para o desenvolvimento da Agricultura Urbana podem ser as áreas cedidas, as áreas arrendadas e os quintais das residências dos agricultores. Segundo Ferreira e Castilho (2007, p. 11), a Agricultura Urbana é “uma atividade social de cultivo, produção e processamento de artigos alimentícios ou não, praticadas nos espaços intra-e/ou periurbanos; utilizando-se e disponibilizando os recursos humanos e materiais do, para e por meio do espaço urbano”. Ainda segundo Ferreira e Castilho (2007), a Agricultura Urbana geralmente é desenvolvida em espaços urbanos públicos e privados vinculados à produção de alimentos para o abastecimento da população.

A Agricultura Urbana encontra-se em processo de expansão, segundo Aquino e Assis (2007), ela é um fenômeno socioeconômico que dissemina uma estrutura de produção para enfrentar crises econômicas e políticas em momentos de ajustes estruturais, criando as alternativas de sobrevivência na cidade. Vários países estão desenvolvendo e apoiando a prática da Agricultura Urbana, conforme Smit, Nasr e Ratta (1996); Ferreira e Castilho (2007) e Zaar (2011), estes países são: Cuba, Peru, Bolívia, Colômbia, Argentina, México, Nicarágua, Antígua e Barbuda, Romênia, França, Portugal, República Democrática do Congo, Tanzânia, Zâmbia, Mali, Uganda, Guiné-Bissau, Indonésia, China, Indonésia, Nepal, Canadá, Estados Unidos, Rússia, dentre outros.

As práticas, os incentivos e as atividades de Agricultura Urbana ocorrem de formas diferenciadas entre os países no mundo. No caso brasileiro, para Lepper (2007) e Coutinho (2010), a Agricultura Urbana é apoiada e/ou incentivada por Organizações não governamentais, com destaque para a REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas. E também por organizações governamentais, através de ações do Governo Federal, com a participação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), tendo como expressão de suas políticas públicas o projeto Fome Zero, que tem como objetivo a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para todos os brasileiros, desenvolvendo programas que enfrentam as causas estruturais da pobreza, da desnutrição e da fome.

Os problemas sociais urbanos têm relações com o processo de urbanização acelerada no Brasil, a partir de meados do século XX. Na concepção de Coutinho

(2010), o processo de modernização econômica no campo, com o uso de tecnologias e a concentração de terras, favoreceu o êxodo rural. A chegada da população na cidade aumentou a demanda por moradias e por serviços públicos, mas as limitações no acesso a eles resultaram no crescimento desordenado das cidades. Os reflexos desse processo foram o aumento da população desempregada, subempregada e de trabalhadores informais, bem como as ocupações de beiras de rios e de encostas. Nas pequenas, médias e grandes cidades são altos os índices de desigualdade social, fator que atinge negativamente as camadas da sociedade com condições socioeconômicas de baixo poder aquisitivo.

Em um espaço urbano marcado por problemas socioeconômicos, segundo Lepper (2007), o crescimento populacional tem também aumentado a demanda por fornecimento de alimentos para garantir a segurança alimentar da população urbana. Assim, a Agricultura Urbana surgiu como estratégia para a adoção de políticas públicas que possibilitassem a produção e fornecimento de alimentos, geração de emprego e renda, além de contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos cidadãos. Sendo este, o assunto a ser tratado na próxima seção.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ABORDAGENS CONCEITUAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

As abordagens conceituais sobre a temática segurança alimentar e nutricional estão inter-relacionadas, por meio das diversas ações estratégicas desenvolvidas, para que a população tenha acesso contínuo à alimentação. O que é a segurança alimentar e nutricional (SAN)? Em um contexto histórico, Burity et al., (2010), destacam que o conceito de segurança alimentar e nutricional, na Primeira Guerra Mundial, estava mais voltado para discutir a produção de alimentos na esfera nacional, evitando a volatilidade da economia internacional. Ganhou força no período pós Segunda Guerra Mundial, na medida em que atendia à população das cidades atingidas pela insuficiência na disponibilidade de alimentos, principalmente nos países pobres. A partir da década de 1970, a modernização da agricultura aumentaria a produção de alimentos que, articulada ao armazenamento estratégico para o controle na oferta de alimentos, garantiriam a segurança alimentar. Na década de 1980, a segurança alimentar pautou-se na quantidade suficiente de alimentos, estendendo-se aos aspectos nutricionais e sanitários. Na década de 1990, uma prática denominada de segurança alimentar e nutricional, foi usada como uma estratégia para garantir a alimentação adequada para a população, inclusive preservando as práticas tradicionais de produção de alimentos.

A segurança alimentar e nutricional, segundo Kepple e Segall-Corrêa (2011), precisa ser discutida de forma interdisciplinar, uma vez que apresenta questões relacionadas ao acesso a alimentos de qualidade, às práticas de alimentação saudável, à sustentabilidade nas práticas de produção, à cidadania e aos direitos humanos ligados ao bem-estar e à saúde da população. Com relação à alimentação, a FAO recomenda o consumo diário de 2.200 calorias para uma pessoa adulta, porém milhares de pessoas no mundo não conseguem ingerir diariamente essa quantidade de calorias, muitas vezes pela falta de acesso aos alimentos. Fatores ligados à exclusão social, tais como a perda da autoestima, estresse e sofrimento emocional, geram insegurança alimentar, afetando a saúde da população ao comprometer o estado nutricional das pessoas.

Ao considerar a implementação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, Prado et al., (2010) pontuam a necessidade de ações articuladas e integradas das políticas socioeconômicas, nas quais incluem a geração de emprego e renda, a produção agroalimentar, a comercialização, a distribuição, o acesso aos alimentos e o consumo de alimentos, seguindo as perspectivas de descentralização e de

diferenciação regional. Portanto é necessário implementar políticas públicas, através de ações emergenciais de combate à fome; de controle da qualidade dos alimentos; de diagnósticos e monitoramentos do estado nutricional e de saúde da população; e do estímulo à práticas alimentares saudáveis, sendo importante considerar a manutenção das culturas locais e regionais. Os investimentos na integração dos componentes alimentares e nutricionais buscam respostas para solucionar problemas relacionados ao acesso à alimentação, às carências nutricionais e à fome, pautando-se na valorização das práticas ligadas à alimentação saudável e no respeito aos fenômenos culturais.

Em uma discussão mais ampla, Zaar (2015) abordou a questão da soberania alimentar, ao considerar o desenvolvimento de estratégias na implantação de políticas públicas ligadas ao comprometimento político na promoção do desenvolvimento social. É preciso reconhecer os direitos dos povos na definição de suas políticas públicas, adaptadas às esferas sociais, econômicas, ecológicas e culturais no espaço local-regional. Fator que demonstra a necessidade de acesso aos meios de produção e de consumo, necessários à composição da dieta alimentar da população excluída, como forma de promover a inclusão social e uma sociedade plural. A soberania alimentar vai além da segurança alimentar, na medida em que os setores da sociedade devem compartilhar, em diferentes dimensões, as tomadas de decisões na definição do “que, como e onde” desenvolver a produção, com foco também nos avanços qualitativos para a implementação de políticas públicas articuladas com a soberania alimentar autêntica.

Ao considerar as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no território brasileiro, Hoffmann (1995), mostra que a segurança alimentar ocorre através do acesso à quantidade de alimentos suficientes para vida ativa e saudável para toda a população. Entretanto, nas economias mercantis, o acesso ao alimento depende do poder aquisitivo das pessoas para comprá-lo. O estado nutricional depende de um conjunto de fatores interligados para garantir a alimentação e a saúde das pessoas, tais como: a segurança alimentar, moradia, abastecimento de água potável, condições sanitárias, acesso aos serviços de saúde, educação, etc. A fome no Brasil não está ligada à pouca oferta de alimentos, mas sim a pobreza da população, que não consegue adquirir alimentos o suficiente para consumir. O combate à fome passa pelo aumento dos direitos dos pobres ao alimento, habitação, saneamento, serviços de saúde e educação, dentre outros, para que os mesmos tenham vida saudável. Este passa também pelo processo de redistribuição de renda e/ou desenvolvimento econômico acelerado, para que beneficie a população de baixa renda com a oferta de empregos. Enquanto isso não ocorre, tornam-se necessários os programas governamentais e/ou as iniciativas comunitárias para minimizar o problema da fome, que, apesar dos investimentos em políticas públicas para superá-la, ainda persiste.

No Brasil, segundo Zaar (2011), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS desenvolveu ações para garantir a soberania alimentar e nutricional da população de baixa renda através da política nacional de Agricultura Urbana. Nesta política, o incentivo à Agricultura Urbana deu-se por meio do programa “fome zero”, do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e das linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). É importante reconhecer a relevância dos investimentos nestes programas de incentivo à Agricultura Urbana, que ainda é baixo, quando comparado aos destinados à agricultura comercial.

As temáticas referentes à segurança alimentar e nutricional devem estar associadas às políticas públicas, aliadas também à Agricultura Urbana, direcionadas para o combate à fome e a promoção do bem estar social. Portanto elas precisam ser abordadas nos estudos geográficos para compreensão dos fenômenos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais nos espaços, nos territórios, nos lugares, nas

regiões e nas paisagens. Na próxima seção, serão discutidas as (inter)relações entre o processo de urbanização, o desenvolvimento da Agricultura Urbana e a segurança alimentar.

URBANIZAÇÃO, AGRICULTURA URBANA E SEGURANÇA ALIMENTAR.

O processo de urbanização se intensificou a partir da modernização da agricultura e do surgimento da atividade industrial nos centros urbanos. Nas palavras de Rochefort (2008), a ruptura do equilíbrio entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade favoreceu o crescimento populacional. A melhoria na área de saúde e o acesso à alimentação reduziu a taxa de mortalidade, sendo que não houve redução da taxa de natalidade. Em um contexto de crescimento populacional, a população rural desloca-se para as cidades, em função da privatização das terras e da modernização da agricultura. Sem terras e sem recursos, essa população vai se “amontoando” nas cidades, sem, contudo, encontrar melhores condições de vida no ambiente urbano, que vivencia a expansão das atividades industriais e terciárias.

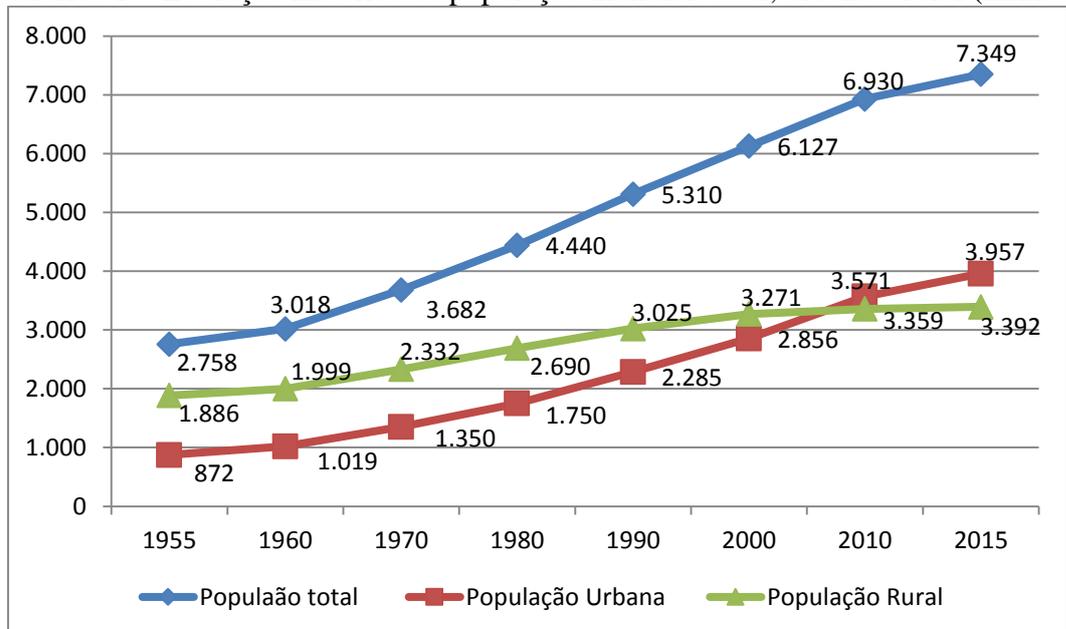
A modernização da agricultura, segundo Moura, Ferreira e Lara (2013), resultou na exclusão de diversas famílias rurais no novo cenário da produção. A migração da população rural para os centros apresenta reflexos na organização dos espaços urbanos, com destaque para a formação das periferias nas áreas de preservação permanente, a ocupação de margens de córregos e morros, a expansão horizontal da cidade, os comércios denominados de mercadões, o crescimento das redes de trânsito e transportes, dentre outras atividades. Diante de tantos problemas urbanos, o planejamento pode ser uma questão estratégica no desenvolvimento de alternativas produtivas em espaços urbanos ociosos, podendo, inclusive, ser oriundas da Agricultura Urbana, para atender as demandas da população por alimentos.

Considerando o contexto da Agricultura Urbana, é preciso destacar que no período pós Segunda Guerra Mundial, a população mundial cresceu de forma contínua e o processo de urbanização foi intensificado também nos países em desenvolvimento, que passaram pelo processo de modernização econômica na área rural e urbana. A evolução na dinâmica populacional no mundo pode ser vista no Gráfico 1, ao analisá-lo, observa-se o crescimento contínuo da população total entre 1955 e 2015. A partir de 1960, é visível um crescimento mais intenso da população urbana, inclusive superando a população rural por volta de 2010. No período analisado, a população rural apresenta um crescimento lento, com certa estabilização após os anos 2000. O Gráfico 2 mostra um crescimento contínuo da população brasileira total entre 1960 e 2010, já a população urbana apresenta também um crescimento contínuo e ultrapassa a população rural no ano de 1970. Enquanto a população rural apresenta um leve crescimento de 1960 à 1970, nos períodos posteriores, tem-se uma lenta redução da população rural.

O intenso processo de urbanização é marcado por desigualdades socioeconômicas dos cidadãos que ocupam e transformam o espaço urbano. Conforme Drescher, Jacobi e Amend (2000), as diferenças no processo de urbanização e as dificuldades dos governos em proporcionar alimentação, abrigo e serviços públicos para a população ocorrem por causa dos seguintes fatores: a) disponibilidade de alimentos; b) acesso aos alimentos; e c) qualidade dos alimentos. A segurança alimentar está associada à renda, conseqüentemente, a prática da Agricultura Urbana pode contribuir para mudar este cenário, promovendo a segurança alimentar através da disponibilidade, do acesso e do consumo diário de alimentos, assegurando, assim, seus benefícios. Porém o acesso à terra no espaço urbano é limitado devido à concentração de capital, e

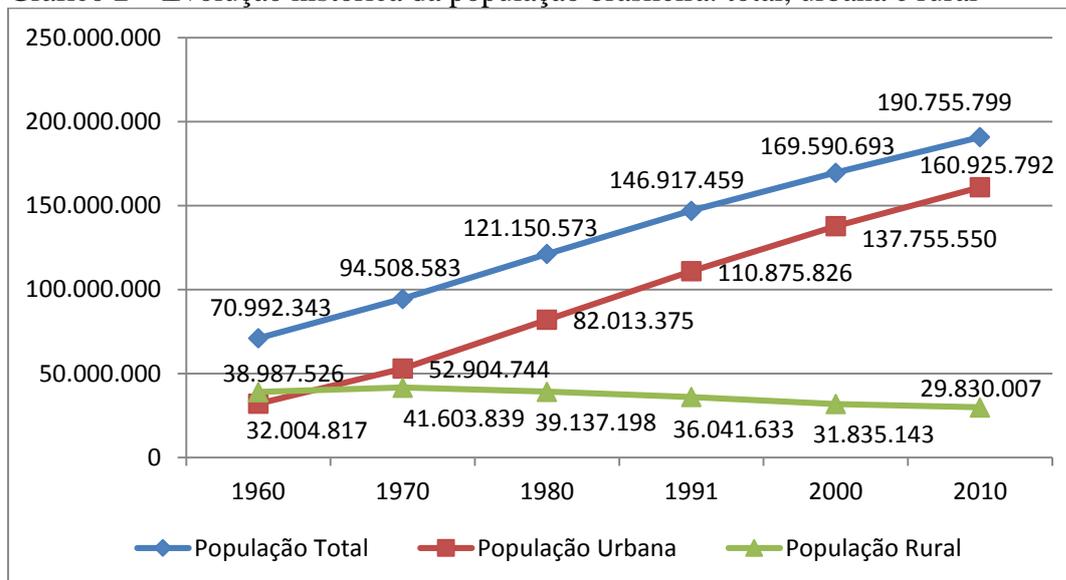
esta restrição ao solo urbano pode tornar-se um dos principais empecilhos para a expansão da Agricultura Urbana, o que resulta na insegurança alimentar e nutricional da população, dificultando o acesso aos alimentos pelo baixo poder aquisitivo e pela redução do emprego formal nas áreas urbanas.

Gráfico 1 – Evolução histórica da população mundial: total, urbana e rural (milhões)



Fonte: Disponível em: <<http://www.worldometers.info/world-population/world-population-by-year/>>. Acesso em: 18 jan. 2017. Org. PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2017.

Gráfico 2 – Evolução histórica da população brasileira: total, urbana e rural



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acesso 20 jan. 2017. Org. PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves, 2017.

A Agricultura Urbana é vista como um mecanismo capaz de amenizar os problemas das cidades no tocante à alimentação, à saúde, ao meio ambiente e à geração

de emprego e renda. Os produtos dessa atividade são destinados ao consumo próprio (autoconsumo) e à comercialização nos mercados locais. A relação estreita entre Agricultura Urbana e Segurança alimentar e nutricional (SAN) pode resultar em benefícios para a população envolvida. A Agricultura Urbana é um mecanismo importante na promoção da saúde, por inserir o indivíduo nas questões ambientais, levando-o a desenvolver a sua autoestima, seu sentimento de pertencimento, a integração e a participação social em prol de habilidades pessoais e coletivas na transformação de seus territórios (RIBEIRO, BÓGUS, WATANABE, 2015).

Na intensificação da urbanização é preciso desenvolver políticas públicas de combate à fome, sendo que para Smit, Masr e Ratta (1996), a Agricultura Urbana pode contribuir com a segurança alimentar por meio da produção de alimentos, sendo necessário que sejam traçadas estratégias comuns no acesso a bons alimentos, que visem alcançar uma distribuição equitativa, principalmente da população urbana pobre, através de ações comutárias. o acesso ao alimento seguro tornou-se uma preocupação de muitas famílias e de autoridades públicas. Durante todos os dias do ano, o acesso à dieta bem equilibrada é uma preocupação dos residentes urbanos no mundo.

A Agricultura Urbana passa a exigir estratégia autossustentável de segurança alimentar e de autossuficiência nutricional na redução de encargos sobre os recursos públicos. No reconhecimento da Agricultura Urbana, as políticas públicas e os regulamentos devem considerar os benefícios da saúde ambiental para manutenção da terra e da água no acesso físico aos alimentos e também na melhoria da qualidade dos alimentos produzidos pelos agricultores urbanos (SMIT; MASR; RATTA, 1996).

A produção de alimentos no espaço urbano tornou-se tradição em vários países do mundo, principalmente nos desenvolvidos, apesar de apresentar custos e restrições, a Agricultura Urbana desempenha um papel relevante no aumento da segurança alimentar e do bem-estar social da população, principalmente nas comunidades marginalizadas pela desigualdade da estrutura capitalista. A agricultura urbana merece uma abordagem estratégica no processo de planejamento, por ser um recurso estratégico, no reconhecimento da agricultura em termos de valores econômicos, sociais e ambientais (MOK et al., 2014). No planejamento municipal, Moura, Ferreira e Lara (2013) destacam que os Planos Diretores precisam induzir à prática de Agricultura Urbana e Periurbana nos espaços urbanos, orientada pela agroecologia, para transformar a vida pessoas e das comunidades locais. É preciso fortalecer a organização dos agricultores urbanos através de articulações com a sociedade civil e da intervenção política na construção de cidades saudáveis, produtivas e solidárias no ambiente urbano brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intenso processo de urbanização contribuiu, em grande parte, para o agravamento das desigualdades socioeconômicas da população no espaço urbano, mais visíveis nas áreas da periferia, uma vez que milhares de pessoas não tem acesso à renda e à alimentação digna, adequada, com regularidade, qualidade e quantidades suficientes. As demandas por alimentação requererem a implantação de políticas públicas em áreas sociais através de ações estatais com vistas à segurança alimentar, nutricional e de combate à fome no mundo e no território brasileiro. Apesar dos avanços na produção de alimentos, no desenvolvimento socioeconômico e no combate à fome, a insegurança alimentar e nutricional, em todas as suas formas, ainda persiste no Brasil, especialmente entre os grupos sociais excluídos.

No contexto político, social, econômico, cultural e ambiental a Agricultura Urbana tem expandido no espaço urbano em países desenvolvidos e em desenvolvimento, ocupando lotes vagos e quintais, produzindo alimentos para o

autoconsumo e para serem comercializados no mercado local. Por isso as atividades agrícolas urbanas compartilham espaços com outras atividades socioeconômicas, concentrando-se na produção de hortaliças, de frutas, de diversas plantas e também na criação de animais.

A produção da Agricultura Urbana pode trazer diversos benefícios para a sociedade urbana e assim contribuir com as políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, que devem estar sempre atentas à saúde, ao bem estar, às manifestações culturais, às questões socioambientais e à participação coletiva em prol de uma cidade sustentável. As estratégias que são adotadas durante a formulação e a implementação de políticas públicas urbanas devem demandar uma distribuição equitativa da renda, visando a redução das desigualdades sociais nas cidades. Assim sendo, a Agricultura Urbana precisa ser incorporada efetivamente à política de planejamento urbano, pois seu papel social é estratégico na promoção da segurança alimentar e nutricional da população. O fortalecimento da Agricultura urbana no mundo e no Brasil contribuirá com a (re)construção de cidades produtivas, solidárias, saudáveis e sustentáveis, visando a qualidade de vida e o bem-estar de seus moradores.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG, pelo financiamento do Projeto de Pesquisa: “Agricultura Urbana e as Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Combate à Fome na Cidade de Montes Claros, MG”, ao qual este trabalho se integra.

REFERÊNCIAS

AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agricultura Orgânica em áreas Urbanas e Periurbanas com base na Agroecologia. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2007000100009

Acesso em: 20 maio de 2016.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2010.

DRESCHER, A. W; JACOBI, Petra; AMEND, Joerg. Segurança Alimentar Urbana: Agricultura urbana, uma resposta à crise? *Revista de Agricultura Urbana*, v. 1, p. 1-8, 2000. Disponível em: <<http://www.ruaf.org/sites/default/files/AUresposta.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2016.

FERREIRA, Rubio José; CASTILHO, Cláudio J. M. de. Agricultura Urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial.

Revista de Geografia (Recife), Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007. Disponível em:

<http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/111/66>.

Acesso em: 14 out. 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995. Disponível em:

Revista Desenvolvimento Social Nº 19/01, 2016. (ISSN 2179-6807)

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200007>.

Acesso em: 20 nov. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 10 maio 2016.

KEPPLE, Anne W.; SEGALL-CORRÊA, Ana M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 187-199, 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100022>.

Acesso em: 05 jul. 2016.

LEPPER, Luciano. **Agricultura Urbana**: uma estratégia de segurança alimentar e nutricional sustentável em Santa Cruz do Sul/RS. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2007.

MACHADO, Altair T.; MACHADO, Cynthia Torres de T. **Agricultura Urbana**.

Planaltina, Embrapa Cerrados, 2002. Disponível em:

<http://bbeletronica.cpac.embrapa.br/2002/doc/doc_48.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2016.

MOK, Hoi-Fei *et al.* Strawberry fields forever? Urban agriculture in developed countries: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 34, n.1, p. 21–43, 2014. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s13593-013-0156-7#Sec22>>. Acesso em: 20 jan./2017.

MOUGEOT, L.J.A. Agricultura Urbana – conceito e definição. In: BAKKER, N. *et al.* (Ed.). **Cultivando cidades, cultivando comida**. International Development Research Centre (IDRC), Cities Fielding People Programme. Ottawa, Canadá, 2000. p. 1-7. Disponível em: <<http://agriculturaurbana.org.br/RAU/AU01/AU1conceito.html>>. Acesso em: 20 maio 2016.

MOURA, Juliano Avelar; FERREIRA, William Rodrigues; LARA, Luciene de Barros L. Silveira. Agricultura Urbana e Periurbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 27, p. 69-80, jan./abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/786/457>>. Disponível em: 10 set./2016.

PRADO, Shirley D., *et al.* A pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional no Brasil de 2000 a 2005: tendências e desafios. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 7-18, 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100002>.

Acesso em: 20 out./2016.

RIBEIRO, S. M.; BÓGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n2/0104-1290-sausoc-24-02-00730.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

ROCHEFORT, Michel. **Os desafios urbanos nos países do sul**. Tradução de Maria Adélia Aparecida de Souza. Campinas: Edições Territorial, 2008. 227.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana C. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte: REDE e IPES, 2007. 89 p. Disponível em:

<http://www.agriculturaurbana.org.br/textos/panorama_AUP.pdf>. Acesso em: 25 set. 2016.

SMIT, Jac; NASR, Joe; RATTA, Annu. Urban Agriculture Yesterday and Today. In: SMIT, Jac; RATTA, Ann; NASR, Joe. **Urban Agriculture: food, Jobs and sustainable**. New York: UNDP, 1996.

ZAAR, Miriam-Hermi. Agricultura Urbana: algunas reflexiones sobre su origen e importância actual. *Biblio 3W*, Barcelona, v. XVI, n. 944, p. s/p, 2011. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/b3w-944.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

ZAAR, Miriam-Hermi. A Agricultura Urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e território**, Natal, v. 27, n. 3, p. 26-44, jul./dez., 2015. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/7870>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Recebido para publicação em 15 de janeiro 2017

Aceito para publicação em 30 de janeiro de 2017